



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº SE-PE003/2024
Processo Administrativo nº SE-PE003/24

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I E II, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS-CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 2 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 1 LIVRO DO ALUNO (1 VOLUME); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,00	KIT
kit pedagógico do aluno da coleção descobrir e aprender interações e brincadeiras 2 anos, de acordo com a bncc, contendo: 1 livro do aluno (1 volume); agenda de apoio pedagógico do aluno.			
2	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 3 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,00	KIT
kit pedagógico do aluno da coleção descobrir e aprender interações e brincadeiras 3 anos, de acordo com a bncc, contendo: 2 livros do aluno (2 volumes); agenda de apoio pedagógico do aluno.			
3	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 4 ANOS DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,00	KIT
kit pedagógico do aluno da coleção descobrir e aprender interações e brincadeiras 4 anos de acordo com a bncc, contendo: 2 livros do aluno (2 volumes); agenda de apoio pedagógico do aluno.			
4	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 5 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,00	KIT
kit pedagógico do aluno da coleção descobrir e aprender interações e brincadeiras 5 anos, de acordo com a bncc, contendo: 2 livros do aluno (2 volumes); agenda de apoio pedagógico do aluno.			
5	KIT PEDAGÓGICO DE SALA DE AULA DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS CONTENDO: BOLSA EM LONITA COM IMPRESSÃO GRÁFICA; LIVROS DO PROFESSOR DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 10 CARTAZES COM DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS; 01 PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR.	250,00	KIT
kit pedagógico de sala de aula da coleção descobrir e aprender interações e brincadeiras contendo: bolsa em lonita com impressão gráfica; livros do professor da coleção descobrir e aprender interações e brincadeiras 10 cartazes com diversos gêneros textuais; 01 proposta pedagógica para o professor, caderno de planejamento e flash card			
6	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12168-6	420,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 1º ano do ensino fundamental i - livro do aluno:isbn: 978-85-16-12168-6			
7	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12158-7	420,00	UND
livro aprova brasil língua portuguesa para 1º ano do ensino fundamental i livro aluno. isbn: 978-85-16-12158-7			
8	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12172-3	480,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 3º ano do ensino fundamental i - livro do aluno:isbn: 978-85-16-12172-3			





9	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12162-4	480,00	UND
livro aprova brasil língua portuguesa para 3º ano do ensino fundamental i livro aluno. isbn: 978-85-16-12162-4			
10	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12174-7	420,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 4º ano do ensino fundamental i - livro do aluno:isbn: 978-85-16-12174-7			
11	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12164-8	420,00	UND
livro aprova brasil língua portuguesa para 4º ano do ensino fundamental i livro aluno. isbn: 978-85-16-12164-8			
12	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-3	35,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 1º ano do ensino fundamental i - livro do professor:isbn: 978-85-16-12169-3			
13	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-4	35,00	UND
livro aprova brasil de língua portuguesa para 1º ano do ensino fundamental i - livro do professor:isbn: 978-85-16-12169-4			
14	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12173-0	35,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 3º ano do ensino fundamental i - livro do professor:isbn: 978-85-16-12173-0			
15	LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12163-1	35,00	UND
livro aprova brasil de língua portuguesa para 3º ano do ensino fundamental i - livro do professor:isbn: 978-85-16-12163-1			
16	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12175-4	35,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 4º ano do ensino fundamental i - livro do professor:isbn: 978-85-16-12175-4			
17	LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12165-5	35,00	UND
livro aprova brasil de língua portuguesa para 4º ano do ensino fundamental i - livro do professor:isbn: 978-85-16-12165-5			
18	APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º,3º E 4º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7	150,00	UND
aprova brasil-livro diário do professor anos iniciais 1º,3º e 4º ano-3ª edição; isbn:978-85-16-12228-7			
19	APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EF1 ANOS INICIAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12229-4	35,00	UND
aprova brasil-livro do coordenador-língua portuguesa e matemática-ef1 anos iniciais-3ª edição; isbn:978-85-16-12229-4			
20	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12150-1	480,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 6º ano do ensino fundamental ii- livro do aluno:isbn: 978-85-16-12150-1			
21	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12142-6	480,00	UND
livro aprova brasil língua portuguesa para 6º ano do ensino fundamental ii livro aluno. isbn: 978-85-16-12142-6			
22	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12152-5	430,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 7º ano do ensino fundamental ii- livro do aluno:isbn: 978-85-16-12152-5			
23	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12144-0	430,00	UND
livro aprova brasil língua portuguesa para 7º ano do ensino fundamental ii livro aluno. isbn: 978-85-16-12144-0			
24	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12154-9	480,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 8º ano do ensino fundamental ii- livro do aluno:isbn: 978-85-16-12154-9			





25	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12146-4	480,00	UND
livro aprova brasil língua portuguesa para 8º ano do ensino fundamental ii livro aluno. isbn: 978-85-16-12146-4			
26	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12177-8	60,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 6º ano do ensino fundamental ii - livro do professor:isbn: 978-85-16-12177-8			
27	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12143-3	60,00	UND
livro aprova brasil de língua portuguesa para 6º ano do ensino fundamental ii - livro do professor:isbn: 978-85-16-12143-3			
28	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12153-2	60,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 7º ano do ensino fundamental ii - livro do professor:isbn: 978-85-16-12153-2			
29	LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12145-7	60,00	UND
livro aprova brasil de língua portuguesa para 7º ano do ensino fundamental ii - livro do professor:isbn: 978-85-16-12145-7			
30	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12155-6	60,00	UND
livro aprova brasil de matemática para 8º ano do ensino fundamental ii - livro do professor:isbn: 978-85-16-12155-6			
31	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12147-1	60,00	UND
livro aprova brasil de língua portuguesa para 8º ano do ensino fundamental ii - livro do professor:isbn: 978-85-16-12147-1			
32	APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS FINAIS 6º AO 8º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7	120,00	UND
aprova brasil-livro diário do professor anos finais 6º ao 8º ano-3ª edição; isbn:978-85-16-12228-7			
33	APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EF1 ANOS FINAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12230-0	35,00	UND
aprova brasil-livro do coordenador-língua portuguesa e matemática-ef1 anos finais-3ª edição; isbn:978-85-16-12230-0			

(Handwritten signature)

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 2 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 1 LIVRO DO ALUNO (1 VOLUME); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420.0	KIT	R\$ 313,00	R\$ 131.460,00
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 2 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 1 LIVRO DO ALUNO (1 VOLUME); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.					
2	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 3 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420.0	KIT	R\$ 361,67	R\$ 151.901,40
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 3 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.					
3	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 4 ANOS DE	420.0	KIT	R\$ 376,00	R\$ 157.920,00





	ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.				
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 4 ANOS DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.					
4	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 5 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420.0	KIT	R\$ 376,33	R\$ 158.058,60
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 5 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.					
5	KIT PEDAGÓGICO DE SALA DE AULA DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS CONTENDO: BOLSA EM LONITA COM IMPRESSÃO GRÁFICA; LIVROS DO PROFESSOR DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 10 CARTAZES COM DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS; 01 PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR.	250.0	KIT	R\$ 564,33	R\$ 141.082,50
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DE SALA DE AULA DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS CONTENDO: BOLSA EM LONITA COM IMPRESSÃO GRÁFICA; LIVROS DO PROFESSOR DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 10 CARTAZES COM DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS; 01 PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR, CADERNO DE PLANEJAMENTO E FLASH CARD					
Valor total do lote R\$ 740.422,50 (setecentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)					

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
6	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12168-6	420.0	UND	R\$ 175,00	R\$ 73.500,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12168-6					
7	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12158-7	420.0	UND	R\$ 175,00	R\$ 73.500,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12158-7					
8	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12172-3	480.0	UND	R\$ 175,00	R\$ 84.000,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12172-3					
9	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12162-4	480.0	UND	R\$ 175,00	R\$ 84.000,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12162-4					
10	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12174-7	420.0	UND	R\$ 175,00	R\$ 73.500,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12174-7					
11	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12164-8	420.0	UND	R\$ 175,00	R\$ 73.500,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12164-8					
12	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-3	35.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 6.883,45





Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-3

13	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-4	35.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 6.883,45
----	---	------	-----	------------	--------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-4

14	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12173-0	35.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 6.883,45
----	--	------	-----	------------	--------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12173-0

15	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12163-1	35.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 6.883,45
----	---	------	-----	------------	--------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12163-1

16	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12175-4	35.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 6.883,45
----	--	------	-----	------------	--------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12175-4

17	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12165-5	35.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 6.883,45
----	---	------	-----	------------	--------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12165-5

18	APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º,3º E 4º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7	150.0	UND	R\$ 58,33	R\$ 8.749,50
----	--	-------	-----	-----------	--------------

Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º,3º E 4º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7

19	APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EF1 ANOS INICIAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12229-4	35.0	UND	R\$ 68,33	R\$ 2.391,55
----	---	------	-----	-----------	--------------

Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EF1 ANOS INICIAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12229-4

Valor total do lote R\$ 514.441,75 (quinhentos e catorze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos)

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
------	-----------	-----	-----	---------	----------

20	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12150-1	480.0	UND	R\$ 149,33	R\$ 71.678,40
----	--	-------	-----	------------	---------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12150-1

21	LIVRO APROVA BRASIL LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12142-6	480.0	UND	R\$ 191,00	R\$ 91.680,00
----	---	-------	-----	------------	---------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12142-6

22	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12152-5	430.0	UND	R\$ 191,00	R\$ 82.130,00
----	--	-------	-----	------------	---------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12152-5

23	LIVRO APROVA BRASIL LINGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12144-0	430.0	UND	R\$ 191,00	R\$ 82.130,00
----	---	-------	-----	------------	---------------

Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LINGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12144-0





24	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12154-9	480.0	UND	R\$ 191,00	R\$ 91.680,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12154-9					
25	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12146-4	480.0	UND	R\$ 191,00	R\$ 91.680,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12146-4					
26	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12177-8	60.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12177-8					
27	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12143-3	60.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12143-3					
28	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12153-2	60.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12153-2					
29	LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12145-7	60.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12145-7					
30	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12155-6	60.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12155-6					
31	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12147-1	60.0	UND	R\$ 196,67	R\$ 11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12147-1					
32	APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS FINAIS 6º AO 8º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7	120.0	UND	R\$ 58,33	R\$ 6.999,60
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS FINAIS 6º AO 8º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7					
33	APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EF1 ANOS FINAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12230-0	35.0	UND	R\$ 68,33	R\$ 2.391,55
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EF1 ANOS FINAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12230-0					
Valor total do lote R\$ 591.170,75 (quinhentos e noventa e um mil, cento e setenta reais e setenta e cinco centavos)					

Valor total R\$ 1.846.035,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e trinta e cinco reais)

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.





1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.846.035,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e trinta e cinco reais)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Antônio Carlos, 210, Pantanal, Nova Russas / CE.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de





2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.





6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.





7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.





7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará



condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do





Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);





8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

I - os quantitativos e os saldos;





- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nova Russas/CE, 26 de fevereiro de 2024





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SE-PE003/24

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A necessidade de contratação de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I E II se qualifica como uma medida essencial para assegurar a disponibilidade de recursos pedagógicos atualizados e adequados ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos vinculados à rede municipal de ensino de Nova Russas-CE. As seguintes razões detalham a necessidade desta contratação:

1. Atendimento ao princípio da atualidade e inovação pedagógica, garantindo que os materiais didáticos estejam alinhados com as diretrizes curriculares nacionais e tecnologias educacionais contemporâneas;
2. Garantia de uniformidade e padronização dos materiais utilizados pelos estudantes, possibilitando um aprendizado homogêneo em todas as instituições de ensino do município;
3. Fornecimento de materiais inclusivos que contemplam as diversidades e especificidades dos estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais;
4. Planejamento estratégico a longo prazo para manter um estoque regulado de materiais, evitando desabastecimento e promovendo a continuidade do processo de ensino;
5. Promoção da qualidade de ensino e da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos mediante o uso de materiais didáticos interativos e dinâmicos, que favorecem uma aprendizagem significativa;
6. Conformidade com as políticas públicas e compromisso com os objetivos de desenvolvimento educacional estabelecidos pelo município de Nova Russas-CE.

Diante do exposto, evidencia-se que a aquisição de materiais didáticos via registro de preços para futura e eventual contratação, representa um meio eficaz de dar resposta imediata às necessidades emergentes e variáveis do corpo discente municipal, proporcionando assim, uma gestão educacional que preza pela qualidade e equidade de ensino.

2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Fundeb	FRANCISCA JESSIKA FERRO CARVALHO

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A determinação dos requisitos da contratação é etapa essencial para assegurar que a





solução escolhida atenda de forma efetiva às necessidades da Secretaria de Educação do Município de Nova Russas-CE. A contratação almeja a aquisição de materiais didáticos que se alinhem aos critérios e práticas de sustentabilidade, observem as legislações e regulamentações específicas aplicáveis e alcancem os padrões mínimos de qualidade e desempenho necessários para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Requisitos Gerais

- Conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Materiais com durabilidade que sejam apropriados para o uso frequente em ambiente escolar;
- Contemplação de materiais adaptáveis para estudantes com necessidades educacionais especiais, em conformidade com as normas de acessibilidade;
- Qualidade gráfica e editorial que propicie o engajamento e facilite o processo de aprendizagem;
- Utilização de conteúdo atualizado e alinhado às tecnologias e práticas educacionais modernas;
- Garantia de segurança para manuseio pelos alunos, sem presença de substâncias tóxicas e em conformidade com normas de segurança.

Requisitos Legais

- Atendimento à Lei 14.133 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas;
- Observância à legislação ambiental vigente na gestão e descarte dos materiais;
- Compliance com normativas relacionadas à educação inclusiva e acessibilidade.

Requisitos de Sustentabilidade

- Preferência por materiais produzidos com práticas sustentáveis e ecofriendly;
- Encorajamento do uso de materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- Fornecedores que demonstrem políticas efetivas de responsabilidade socioambiental.

Requisitos da Contratação

- Possibilidade de fornecimento de quantidades de acordo com a demanda anual e ajustáveis às projeções futuras;
- Viabilidade de entrega dos materiais em diferentes unidades escolares da rede municipal;
- Condições de garantia e assistência técnica adequadas aos materiais tecnológicos e digitais;
- Provisão de suporte e capacitação para os educadores no uso efetivo dos materiais didáticos digitais ou tecnológicos.

Ao consolidar os requisitos de contratação, priorizamos elementos que são fundamentais ao atendimento das necessidades educacionais do município, sem a inserção de exigências supérfluas que poderiam impedir a ampla participação de fornecedores e a obtenção do melhor valor para a Administração Pública. A futura licitação preservará a competitividade e a obtenção de propostas que ofereçam a melhor combinação de custo, qualidade e sustentabilidade, coerente com o interesse público delineado.





4. Levantamento de mercado

Na busca pelas soluções de contratação do objeto em questão, foram consideradas diversas formas de contratação entre fornecedores e órgãos públicos, incluindo:

1. Contratação direta com o fornecedor: refere-se ao acordo comercial realizado diretamente entre o órgão público e o fornecedor do material didático, possibilitando uma negociação mais direta e focada nas necessidades específicas da Secretaria de Educação.
2. Contratação através de terceirização: envolve a intermediação de uma empresa terceirizada que se responsabiliza pelo fornecimento dos materiais didáticos, o que pode incluir gestão logística, controle de qualidade e reposição de estoques.
3. Formas alternativas de contratação: abrangem modelos como parcerias público-privadas, consórcios entre órgãos públicos para negociações coletivas, compras compartilhadas ou contratos de gestão e fornecimento de longo prazo.

Ao avaliar essas soluções, verifica-se que a contratação direta com o fornecedor tende a ser a opção mais eficiente e efetiva para essa situação específica, tendo em vista que permite negociações focadas nas exigências pedagógicas e técnicas previamente estabelecidas pela Secretaria de Educação. A contratação direta facilita o controle de qualidade, a customização dos produtos e a aderência aos padrões curriculares exigidos.

Além disso, a modalidade de contratação direta proporciona maior transparência nas transações, possibilitando um acompanhamento mais efetivo dos prazos de entrega, dos processos de fabricação e das condições de pagamento, que são cruciais para cumprir as metas educacionais do município de Nova Russas-CE.

5. Descrição da solução como um todo

Com base nos princípios da eficiência, eficácia e economicidade expressos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a solução proposta para atender à necessidade da Secretaria de Educação do Município de Nova Russas-CE na aquisição de materiais didáticos para a educação infantil e o ensino fundamental I e II é composta por um conjunto integrado de produtos e serviços que visam atingir os objetivos educacionais estabelecidos pela política pedagógica municipal, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A solução contém:

- Materiais impressos que englobam livros didáticos, cadernos de atividades e material de apoio ao professor, todos em conformidade com as especificações técnicas e os padrões de qualidade definidos pela Secretaria de Educação;
- Materiais didáticos digitais ou tecnológicos, como softwares educacionais, aplicativos de aprendizagem e plataformas interativas que requerem infraestrutura tecnológica adequada, licenças de uso, manutenção e treinamento dos educadores para sua efetiva implementação;
- Kit de materiais adaptados para alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo a inclusão e a acessibilidade no ambiente escolar;
- Serviços de entrega e distribuição dos materiais didáticos, assegurando que estes cheguem em tempo hábil e em perfeitas condições às unidades escolares;
- Treinamento e capacitação dos profissionais da educação para o manuseio e





aplicação pedagógica dos materiais, tanto impressos quanto digitais;

Além disso, a solução conta com um planejamento para atualização periódica dos conteúdos, visando manter a relevância e a aplicabilidade dos materiais no processo de ensino-aprendizagem.

Para a escolha da solução mais adequada, foi realizado um levantamento de mercado, considerando aspectos como inovação, custo-benefício, sustentabilidade, acessibilidade e adequação aos critérios pedagógicos. Através deste estudo, identificamos que a solução compreensiva e integrada se mostra mais vantajosa e efetiva para o objetivo da contratação, em sintonia com o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que orienta a estimativa do valor da contratação em conformidade com os preços de mercado e a proporção de aquisição prevista.

O fornecimento sob o sistema de registro de preços, conforme Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, foi considerado o meio mais eficiente de aquisição, pela sua flexibilidade na demanda e potencial econômico, garantindo agilidade na contratação e na entrega dos materiais, de acordo com as necessidades reais, evitando assim desperdícios e obsolescência do estoque.

Conclui-se que a solução proposta está alinhada com os princípios de planejamento, transparência, e principalmente, com a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, suprindo com eficiência as necessidades identificadas pela Secretaria de Educação do Município de Nova Russas-CE.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

Para a compra dos referidos materiais foi utilizado as séries históricas de aquisições de exercícios anteriores como parâmetro para calcular o quantitativo a ser necessário nessa aquisição.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 2 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 1 LIVRO DO ALUNO (1 VOLUME); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,000	Kit
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 2 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 1 LIVRO DO ALUNO (1 VOLUME); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.			
2	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 3 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,000	Kit
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 3 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.			
3	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 4 ANOS DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,000	Kit
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 4 ANOS DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.			
4	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 5 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,000	Kit

(Handwritten mark)

(Handwritten mark)





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 5 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.			
5	KIT PEDAGÓGICO DE SALA DE AULA DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS CONTENDO: BOLSA EM LONITA COM IMPRESSÃO GRÁFICA; LIVROS DO PROFESSOR DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 10 CARTAZES COM DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS; 01 PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR,	250,000	Kit
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DE SALA DE AULA DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS CONTENDO: BOLSA EM LONITA COM IMPRESSÃO GRÁFICA; LIVROS DO PROFESSOR DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 10 CARTAZES COM DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS; 01 PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR, CADERNO DE PLANEJAMENTO E FLASH CARD			
6	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12168-6	420,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12168-6			
7	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12158-7	420,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12158-7			
8	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12172-3	480,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12172-3			
9	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12162-4	480,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12162-4			
10	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12174-7	420,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12174-7			
11	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12164-8	420,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12164-8			
12	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-3	35,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-3			
13	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-4	35,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-4			
14	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12173-0	35,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12173-0			
15	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12163-1	35,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12163-1			

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
16	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12175-4	35,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12175-4			
17	LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12165-5	35,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12165-5			
18	APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º,3º E 4º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7	150,000	Unidade
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º,3º E 4º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7			
19	APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EFI ANOS INICIAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12229-4	35,000	Unidade
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EFI ANOS INICIAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12229-4			
20	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12150-1	480,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12150-1			
21	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12142-6	480,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12142-6			
22	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12152-5	430,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12152-5			
23	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12144-0	430,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12144-0			
24	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12154-9	480,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12154-9			
25	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12146-4	480,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12146-4			
26	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12177-8	60,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12177-8			
27	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12143-3	60,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12143-3			
28	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12153-2	60,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12153-2			





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
29	LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12145-7	60,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12145-7			
30	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12155-6	60,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12155-6			
31	LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12147-1	60,000	Unidade
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12147-1			
32	APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS FINAIS 6º AO 8º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7	120,000	Unidade
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS FINAIS 6º AO 8º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7			
33	APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EFI ANOS FINAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12230-0	35,000	Unidade
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EFI ANOS FINAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12230-0			

7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 2 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 1 LIVRO DO ALUNO (1 VOLUME); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,000	Kit	313,00	131.460,00
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 2 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 1 LIVRO DO ALUNO (1 VOLUME); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.					
2	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 3 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,000	Kit	361,67	151.901,40
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 3 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.					
3	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 4 ANOS DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,000	Kit	376,00	157.920,00
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 4 ANOS DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.					



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
4	KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 5 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.	420,000	Kit	376,33	158.058,60
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DO ALUNO DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 5 ANOS, DE ACORDO COM A BNCC, CONTENDO: 2 LIVROS DO ALUNO (2 VOLUMES); AGENDA DE APOIO PEDAGÓGICO DO ALUNO.					
5	KIT PEDAGÓGICO DE SALA DE AULA DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS CONTENDO: BOLSA EM LONITA COM IMPRESSÃO GRÁFICA; LIVROS DO PROFESSOR DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 10 CARTAZES COM DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS; 01 PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR,	250,000	Kit	564,33	141.082,50
Especificação: KIT PEDAGÓGICO DE SALA DE AULA DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS CONTENDO: BOLSA EM LONITA COM IMPRESSÃO GRÁFICA; LIVROS DO PROFESSOR DA COLEÇÃO DESCOBRIR E APRENDER INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS 10 CARTAZES COM DIVERSOS GÊNEROS TEXTUAIS; 01 PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR, CADERNO DE PLANEJAMENTO E FLASH CARD					
6	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12168-6	420,000	Unidade	175,00	73.500,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12168-6					
7	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12158-7	420,000	Unidade	175,00	73.500,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12158-7					
8	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12172-3	480,000	Unidade	175,00	84.000,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12172-3					
9	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12162-4	480,000	Unidade	175,00	84.000,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12162-4					
10	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12174-7	420,000	Unidade	175,00	73.500,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12174-7					
11	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12164-8	420,000	Unidade	175,00	73.500,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12164-8					
12	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-3	35,000	Unidade	196,67	6.883,45





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-3					
13	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-4	35,000	Unidade	196,67	6.883,45
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12169-4					
14	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12173-0	35,000	Unidade	196,67	6.883,45
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12173-0					
15	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12163-1	35,000	Unidade	196,67	6.883,45
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12163-1					
16	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12175-4	35,000	Unidade	196,67	6.883,45
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12175-4					
17	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12165-5	35,000	Unidade	196,67	6.883,45
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12165-5					
18	APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º,3º E 4º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7	150,000	Unidade	58,33	8.749,50
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º,3º E 4º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7					
19	APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EFI ANOS INICIAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12229-4	35,000	Unidade	68,33	2.391,55
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EFI ANOS INICIAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12229-4					
20	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12150-1	480,000	Unidade	149,33	71.678,40
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12150-1					
21	LIVRO APROVA BRASIL LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12142-6	480,000	Unidade	191,00	91.680,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12142-6					
22	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12152-5	430,000	Unidade	191,00	82.130,00



(Handwritten mark)

(Handwritten mark)



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12152-5					
23	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12144-0	430,000	Unidade	191,00	82.130,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12144-0					
24	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12154-9	480,000	Unidade	191,00	91.680,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II- LIVRO DO ALUNO:ISBN: 978-85-16-12154-9					
25	LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12146-4	480,000	Unidade	191,00	91.680,00
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL LÍNGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II LIVRO ALUNO. ISBN: 978-85-16-12146-4					
26	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12177-8	60,000	Unidade	196,67	11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12177-8					
27	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12143-3	60,000	Unidade	196,67	11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12143-3					
28	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12153-2	60,000	Unidade	196,67	11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12153-2					
29	LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12145-7	60,000	Unidade	196,67	11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12145-7					
30	LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12155-6	60,000	Unidade	196,67	11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE MATEMÁTICA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12155-6					
31	LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12147-1	60,000	Unidade	196,67	11.800,20
Especificação: LIVRO APROVA BRASIL DE LINGUA PORTUGUESA PARA 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II - LIVRO DO PROFESSOR:ISBN: 978-85-16-12147-1					
32	APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS FINAIS 6º AO 8º ANO-3ª EDIÇÃO. ISBN:978-85-16-12228-7	120,000	Unidade	58,33	6.999,60





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DIÁRIO DO PROFESSOR ANOS FINAIS 6º AO 8º ANO-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12228-7					
33	APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EFI ANOS FINAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12230-0	35,000	Unidade	68,33	2.391,55
Especificação: APROVA BRASIL-LIVRO DO COORDENADOR-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA-EFI ANOS FINAIS-3ª EDIÇÃO; ISBN:978-85-16-12230-0					

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 1.846.035,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e trinta e cinco reais)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Conforme determinado pela Lei nº 14.133/2021, o planejamento das contratações públicas deve visar o atendimento do interesse público e promover a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Para isso, é crucial analisar a viabilidade de parcelamento do objeto de contratação, considerando os aspectos técnicos e econômicos do registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais didáticos para educação infantil e ensino fundamental I e II no município de Nova Russas-CE.

1. Avaliação da Natureza dos Itens: Os materiais didáticos envolvem vários tipos de itens, incluindo livros, kits pedagógicos e equipamentos de tecnologia educacional, que podem ser de diferentes fabricantes e possuir especificações técnicas distintas, recomendando-se o parcelamento para favorecer a competição e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos.
2. Possibilidade de Economia de Escala: A aquisição em lotes pode resultar em economia de escala e redução de custos. No entanto, deve-se avaliar se o parcelamento não conduz a um aumento na complexidade gerencial e nos custos operacionais que superem as vantagens da economia de escala.
3. Fomento à Ampliação da Competição: O parcelamento favorece a participação de um número maior de empresas, especialmente micro e pequenas empresas, conforme alínea "b" do art. 40 da Lei 14.133/2021, o que pode resultar em preços mais competitivos e estimular o desenvolvimento econômico local.
4. Garantia de Atendimento às Especificidades: O atendimento às necessidades específicas de cada segmento da educação municipal pode exigir a especialização dos fornecedores, de onde pode emergir a justificativa para o parcelamento.
5. Observância das Restrições Orçamentárias: O parcelamento deve observar as restrições orçamentárias da entidade, garantindo que as compras estejam alinhadas à disponibilidade financeira e não afetem a responsabilidade fiscal da Administração.
6. Considerações Logísticas: A distribuição dos materiais didáticos no território do município pode ser mais eficiente e menos custosa caso o fornecimento seja parcelado, facilitando a logística de entrega e garantindo que os materiais cheguem de maneira oportuna às diferentes instituições de ensino.
7. Facilidade de Gestão Contratual: Deve-se considerar se o parcelamento não levará a uma dispersão de esforços que prejudique a gestão eficiente dos contratos, em atenção ao princípio da eficiência previsto na Lei 14.133/2021.

Com base na avaliação dos critérios acima, a decisão sobre o parcelamento ou não da contratação deverá ser tomada no intuito de maximizar o interesse público e adotar





uma solução que assegure o resultado mais vantajoso para a Administração Pública em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei de Licitações vigente.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais didáticos para educação infantil e ensino fundamental I e II, está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da Secretaria de Educação do Município de Nova Russas-CE para o exercício financeiro em questão. A inclusão deste processo licitatório no plano anual demonstra o compromisso da Administração Pública com o planejamento estratégico e a gestão por competências promovidas, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, que rege e disciplina este ato.

Refletindo as necessidades pedagógicas identificadas pela Secretaria e as estratégias educacionais adotadas para o período, a demanda por materiais didáticos foi cuidadosamente levantada e inserida no planejamento de compras a longo prazo do município de Nova Russas-CE. Isso assegura que os objetivos de melhorar a qualidade do ensino e de atender às necessidades de aprendizagem dos alunos estarão atendidos durante o ciclo educacional vigente.

A viabilidade de realização do processo licitatório foi prévia e devidamente estudada, considerando os aspectos financeiros abrangidos pelo orçamento municipal, a fim de garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma responsável e transparente, de acordo com as disposições orçamentárias e os requisitos de responsabilidade fiscal. Os materiais didáticos a serem adquiridos por meio deste registro de preços refletem diretamente as prioridades pedagógicas para o crescimento e desenvolvimento sustentável do sistema educacional.

Dessa forma, ressalta-se a importância deste processo para a manutenção do alinhamento entre as contratações públicas e o plano estratégico da Secretaria de Educação, permitindo uma gestão de contratos eficaz e alinhada às necessidades e expectativas para a evolução do sistema de ensino municipal.

10. Resultados pretendidos

A Secretaria de Educação do Município de Nova Russas-CE tem como objetivos estratégicos para a educação infantil e os ensinos fundamental I e II a melhoria da qualidade do ensino, a promoção da inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos. A aquisição de materiais didáticos é fundamental para atingir estes objetivos, e os resultados pretendidos com a presente contratação incluem:

1. Promover a igualdade de oportunidades educacionais aos alunos da rede municipal, fornecendo materiais didáticos que atendam às especificações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estejam alinhados com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação;
2. Assegurar a disponibilidade de materiais didáticos atualizados e adequados às necessidades pedagógicas de cada fase do ensino, contribuindo para um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e engajador;
3. Atender as normativas legais sobre a educação inclusiva, fornecendo materiais adaptados para estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o acesso ao conhecimento em igualdade de condições;





4. Ampliar o uso de tecnologias educacionais através da integração de materiais didáticos digitais, promovendo a inovação pedagógica e preparando os alunos para as competências do século XXI;
5. Estimular o desenvolvimento cognitivo, crítico e criativo dos alunos por meio de recursos didáticos que propiciem uma aprendizagem significativa e diversificada;
6. Potencializar o uso de práticas pedagógicas ativas pelos educadores, através de materiais que ofereçam suporte a metodologias como aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida e aprendizagem cooperativa;
7. Incentivar a formação continuada dos docentes, oferecendo materiais que os auxiliem na atualização e no aprimoramento de suas competências profissionais e metodologias de ensino;
8. Contribuir para o desenvolvimento sustentável do município, por meio da seleção de materiais didáticos produzidos com critérios de sustentabilidade ambiental, tais como a utilização de materiais recicláveis ou certificados por boas práticas ambientais;
9. Otimizar os recursos financeiros da Secretaria de Educação, assegurando a aquisição de materiais didáticos a preços justos e competitivos, em conformidade com o princípio da economicidade previsto na Lei 14.133/2021.

As ações supramencionadas estão alinhadas com os princípios da eficiência, da razoabilidade e do desenvolvimento nacional sustentável, conforme ditado pela Lei 14.133/2021, além de refletirem um planejamento estratégico que visa a melhoria contínua das condições educacionais oferecidas pela rede municipal de ensino de Nova Russas-CE.

II. Providências a serem adotadas

Para a eficaz implementação do registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais didáticos para educação infantil e ensino fundamental I e II, faz-se necessário adotar uma série de providências detalhadas a seguir:

1. Realização de levantamentos atualizados e precisos junto às unidades escolares para identificar o quantitativo exato de alunos por turma e nível de ensino, garantindo uma estimativa acurada das quantidades de materiais didáticos necessários.
2. Definição de um cronograma para processos de aquisição e entrega dos materiais didáticos, considerando o calendário escolar e a logística necessária para uma distribuição eficiente e tempestiva.
3. Capacitação dos servidores envolvidos no processo de licitação e futura gestão dos contratos, particularmente no que se refere à nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), assegurando a correta aplicação da legislação e a otimização dos recursos públicos.
4. Elaborar e disponibilizar manuais de procedimentos e instruções normativas para os servidores que atuarão na solicitação, no recebimento e na conferência dos materiais didáticos, assegurando a conformidade dos produtos com os termos do contrato.
5. Implementação e/ou atualização da infraestrutura tecnológica das escolas, especialmente se a aquisição contemplar materiais didáticos digitais ou tecnológicos, para garantir o acesso e uso adequado dos recursos.
6. Desenvolvimento de uma campanha de conscientização para a comunidade escolar sobre a importância e o correto uso dos materiais didáticos, visando a maximização de sua vida útil e a redução de desperdício.
7. Estabelecimento de parâmetros claros para aferição da qualidade dos materiais





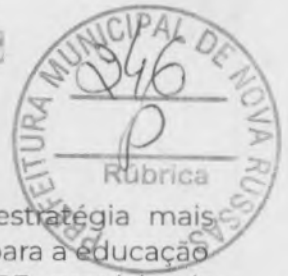
- didáticos recebidos, com base nas especificações técnicas previamente definidas, e procedimentos para eventuais rejeições ou devoluções.
8. Adoção de medidas para assegurar a sustentabilidade e o impacto ambiental mínimo, priorizando materiais com certificações ambientais e planos de logística reversa, quando aplicável.
 9. Realização de estudo para eventual estruturação de sistema de controle de estoque, para gerenciamento adequado dos materiais, evitando sobras ou faltas em determinadas unidades escolares.
 10. Definição de critérios e procedimentos para a escolha de produtos adicionais e alternativos, caso exista a necessidade de atender demandas específicas não previstas inicialmente.
 11. Estabelecimento de rotinas de fiscalização e acompanhamento da execução contratual, com a atribuição, para isso, de equipe multidisciplinar qualificada.
 12. Formalização do processo de recebimento dos materiais, garantindo a trilha de auditoria e a aderência às exigências da lei quanto ao recebimento provisório e definitivo.

12. Justificativa para adoção do registro de preços

A adoção do sistema de registro de preços, conforme fundamentado pelos artigos 82 a 86 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, é justificada pelas seguintes razões:

1. Flexibilidade e Eficiência na Aquisição: O registro de preços permite a aquisição de bens ou contratação de serviços conforme a demanda, proporcionando maior flexibilidade e eficiência na administração das necessidades da Secretaria de Educação.
2. Gestão Otimizada de Recursos: Através deste sistema, busca-se otimizar a utilização dos recursos públicos, uma vez que não há a necessidade de aquisição integral e imediata dos materiais, evitando-se o desperdício e a inadequação das quantidades.
3. Agilidade na Reposição de Estoque: A existência de um registro de preços garante uma agilidade maior na reposição de estoques de materiais didáticos, crucial para responder às flutuações da demanda dentro das escolas municipais.
4. Manutenção do Equilíbrio Fiscal: O registro de preços alinha-se ao princípio da responsabilidade fiscal (Art. 40, inciso V, alínea 'c'), por permitir um melhor planejamento orçamentário, ao adequar as contratações à efetiva utilização dos materiais e aos períodos de maior necessidade.
5. Padronização e Qualidade: Conforme o Art. 40, inciso I, busca-se assegurar a aquisição de materiais didáticos padronizados que atendam aos requisitos de qualidade e servem à política de educação do município de forma homogênea.
6. Economia de Escala: O Art. 23 destaca a importância da economia de escala, e o sistema de registro de preços favorece a negociação de preços mais vantajosos pela estimativa de compra em maiores volumes, mesmo que as entregas sejam fracionadas ao longo do tempo.
7. Garantia de Preços Vantajosos: O Art. 83 enfatiza que os preços registrados não obrigam a Administração Pública a contratar, oferecendo a possibilidade permanente de buscar licitações específicas mais vantajosas, sem comprometer a administração na aquisição de quantidades que ultrapassem as necessidades.
8. Conformidade com a Legislação: A adoção deste sistema está em conformidade com o que preconiza o Art. 40, inciso II, sobre a pertinência do processamento por meio do sistema de registro de preços e alinhamento com as modalidades previstas na legislação para contratações públicas.





Portanto, o sistema de registro de preços apresenta-se como a estratégia mais adequada para a contratação futura e eventual de materiais didáticos para a educação infantil e ensino fundamental I e II do município de Nova Russas-CE, propiciando administração pública eficiente, econômica e alinhada às necessidades de um ensino de qualidade.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 14.133 de abril de 2021, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação pública, é vedada a participação de empresas na forma de consórcio para o registro de preços destinado à futura e eventual aquisição de materiais didáticos para educação infantil e ensino fundamental I e II. Tal vedação fundamenta-se nos seguintes princípios e justificativas:

1. O Art. 15 da Lei nº 14.133 prevê a possibilidade de participação de empresas em consórcio, estabelecendo condições e limites. No entanto, o mesmo artigo concede à administração pública a prerrogativa de vedar essa modalidade de participação quando houver justificativa adequada, ancorada nos princípios de seleção da proposta mais vantajosa e de promoção da competitividade.
2. A utilização do sistema de registro de preços (SRP), conforme previsto no Art. 82 da Lei nº 14.133, reflete a busca pela eficiência e pela obtenção de economia de escala, favorecendo a contratação ágil e a disponibilidade imediata de materiais didáticos essenciais ao atendimento das necessidades educacionais do município.
3. A natureza do objeto contratado sugere a necessidade de garantir uma ampla participação de fornecedores individuais, possibilitando assim uma seleção mais diversa e acessível de materiais didáticos, o que pode ser prejudicado pelo porte e poder de mercado que os consórcios de empresas normalmente detêm.
4. Levando em conta a gestão de riscos e a segregação de funções prevista no Art. 7º da Lei nº 14.133, constata-se que o recebimento de materiais de múltiplas fontes, o que é corroborado por fornecedores individuais, facilita a fiscalização e a distribuição equitativa dos materiais nas diversas instituições de ensino.
5. O fato de se permitir a participação de empresas em consórcio poderia resultar na diminuição da competitividade, tendo em vista que os consórcios podem exercer maior influência econômica e comercial, distorcendo o caráter competitivo das licitações, contrário ao disposto no Art. 5º da Lei nº 14.133, que assegura o tratamento isonômico entre os licitantes.

Portanto, com base nos aspectos legais supramencionados e seguindo as diretrizes de moralidade, eficiência e isonomia, posiciona-se pela vedação da participação de empresas organizadas na forma de consórcios para o presente registro de preços, alinhando-se assim aos melhores interesses da Administração Pública e da população atendida pela Secretaria de Educação do Município de Nova Russas-CE.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

De acordo com o Art. 18, inciso XII, da Lei 14.133, o Estudo Técnico Preliminar deve conter uma descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras relacionadas ao projeto da contratação. Esse dispositivo legal reflete a necessidade de a Administração Pública adotar uma postura proativa no que se refere à sustentabilidade e à proteção do meio ambiente, mesmo em contratações que não





sejam diretamente relacionadas a empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras.

Realizou-se um levantamento dos possíveis impactos ambientais decorrentes da aquisição e do uso de materiais didáticos para educação infantil e ensino fundamental I e II no Município de Nova Russas-CE, considerando as seguintes questões:

1. Produção do material didático: A produção industrial de materiais pode envolver a utilização de recursos naturais não renováveis e a geração de resíduos e emissões poluentes. É necessário averiguar se os materiais selecionados são produzidos de maneira sustentável.
2. Transporte e logística: O transporte dos materiais até as unidades escolares gerará emissões de gases estufa, além de possíveis impactos em áreas de preservação durante o trajeto. Deve-se buscar um planejamento logístico que minimizem esses impactos.
3. Embalagens: Materiais didáticos frequentemente vêm acondicionados em embalagens plásticas ou de papelão, as quais podem gerar significativa quantidade de resíduos. Optar por materiais com embalagens recicláveis ou reutilizáveis é uma alternativa.
4. Descarte dos materiais: Ao final do ciclo de vida dos materiais didáticos, é provável a geração de uma quantidade considerável de resíduos potencialmente recicláveis. Iniciativas de coleta seletiva e parcerias com cooperativas de reciclagem são medidas mitigadoras adequadas.

Como medidas mitigadoras, são propostas as seguintes ações:

1. Seleção de fornecedores que comprovem o uso de práticas de produção ambientalmente responsáveis, preferencialmente com certificações ambientais.
2. Definição de critérios de sustentabilidade na escolha dos materiais, incluindo a preferência por produtos com menor impacto ambiental.
3. Planejamento de logística que priorize o transporte coletivo dos materiais e rotas que evitem áreas sensíveis ou de preservação.
4. Uso de embalagens minimamente impactantes, recicláveis ou fabricadas com materiais reciclados.
5. Implementação de programas educacionais para conscientizar sobre a importância da reutilização e reciclagem de materiais didáticos.
6. Estabelecimento de parcerias com organizações locais para a reciclagem e o descarte adequado dos materiais ao final de seu uso.

O alinhamento das práticas de contratação com preceitos de desenvolvimento nacional sustentável, como mencionado no Art. 5º, reforça o compromisso da administração pública com princípios de sustentabilidade, razoabilidade e economicidade, visando a redução de danos ao meio ambiente e a promoção de práticas mais sustentáveis.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Com base na análise minuciosa dos elementos apresentados no Estudo Técnico Preliminar e fundamentado pelas disposições da Lei 14.133 de abril de 2021, conclui-se que a contratação para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I E II é viável e razoável, pelas seguintes justificativas:

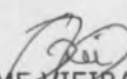




1. A identificação clara da necessidade de aquisição desses materiais didáticos, conforme descrito no Art. 18, incisos I e II, evidencia a demanda essencial para atender às obrigações educacionais do Município de Nova Russas-CE.
2. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico está alinhada ao princípio de eficiência e de obtenção das melhores condições para a Administração, como preconiza o Art. 11, inciso I.
3. O sistema de registro de preços foi adotado em conformidade com o artigo 40, inciso II, considerando-se o consumo provável indicado no Art. 23, que se revela oportuno para garantir flexibilidade no fornecimento dos materiais, conforme a flutuação da demanda estudantil.
4. A estimativa de valor realizada observa as disposições do Art. 23 e seu § 1º, com pesquisa de preços meticulosa que confere legitimidade ao valor estimado para a contratação e assegura que o preço praticado esteja compatível com o mercado.
5. De acordo com o Art. 7º, os agentes públicos envolvidos no processo possuem as habilitações necessárias e estão alinhados aos princípios de segregação de funções, probidade administrativa e imparcialidade, mitigando o risco de conflitos de interesse e promovendo a integridade do processo.
6. O planejamento da contratação, tanto em relação à definição das quantidades quanto ao valor estimado, segue os princípios de responsabilidade fiscal e economicidade, conforme referido no Art. 40, incisos I, III e V.
7. O parcelamento não se aplica, respeitando o Art. 40, § 4º, uma vez que materiais didáticos integram um sistema pedagógico único, cujo fracionamento poderia comprometer o resultado educacional pretendido.
8. A contratação contribuirá para o desenvolvimento nacional sustentável, observando as diretrizes do Art. 5º, ao priorizar materiais que respeitem os critérios de sustentabilidade e inclusão social.
9. A adoção do registro de preços justifica-se no Art. 83, que permite à Administração a flexibilidade necessária sem obrigar à contratação, harmonizando os interesses da gestão pública com a disponibilidade orçamentária.

Diante do exposto, recomenda-se a continuidade do processo de contratação nos moldes propostos, pois alinha-se ao interesse público e observa todas as exigências legais impostas pela Lei 14.133, atendendo às necessidades de fornecimento contínuo e de qualidade dos materiais didáticos para a educação infantil e o ensino fundamental I e II no Município de Nova Russas-CE.

Nova Russas / CE, 06 de fevereiro de 2024


GUILHERME VIEIRA PINTO DA SILVA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR





ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SE-PE003/24
PROCESSO LICITATÓRIO Nº

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI
A E A
EMPRESA

O(A) , com sede no(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o , neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) MICHELLE DA SILVA DE SOUSA VERAS, Matrícula Funcional nº None, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no, sediado(a) no(a), doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr. (a), portador(a) do CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº SE-PE003/24 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº SE-PE003/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I E II, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS-CE, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de de 12 meses , contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima,





ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no item 4.5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O valor total da contratação é de
(.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05 de fevereiro de 2024.

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.





7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do(a) FUNDEB para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.2. Concluída a instrução do requerimento, a contar da data do protocolo, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

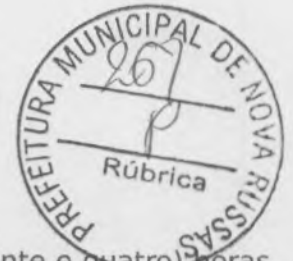
8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor;





...r ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (inciso II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

9.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

9.1.6.6. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;





9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.15. Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação do atendimento às cláusulas de sustentabilidade contidas no Termo de Referência.

9.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação eletrônica ou execução do contrato;
- f) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas de "b", "c" e "d" do subitem acima deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens "e" a "h", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;





11.2.4.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XXX (por extenso) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por





ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. O contrato se extingue quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação





13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

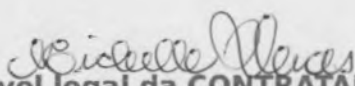
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial do(a) FUNDEB na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao §2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do §3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Nova Russas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

NOVA RUSSAS/CE,


Responsável legal da CONTRATANTE





Nova Russas
PREFEITURA



Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____





ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º
PREGÃO ELETRÔNICO N.º SE-PE003/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º SE-PE003/24

O(A) Fundeb, com sede no(a) ., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a) MICHELLE DA SILVA DE SOUSA VERAS, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º SE-PE003/24, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I E II, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS-CE, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº SE-PE003/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante de R\$ () as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) FUNDEB.





4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.





5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.





5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.





7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:





- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO I DO EDITAL**.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será **admitida** a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

NOVA RUSSAS/CE,





Nova Russas
PREFEITURA

GESTÃO
PARA TODOS



Detentor da Ata de Registro de Preços
Representante legal do fornecedor registrado

